

Saída pode vir pelo Bird

Do enviado especial

Nova Iorque — A resposta do governo norte-americano às críticas dos devedores latino-americanos pode surgir na reunião Conjunta do Fundo Monetário Internacional/Banco Mundial, no início do próximo mês, na Coréia do Sul, caso o presidente Ronald Reagan aprove estudos do Departamento do Tesouro, para aumentar os empréstimos do Banco Mundial, inclusive as garantias de crédito, e suavizar os pagamentos dos juros da dívida externa, de acordo com fontes do governo citadas ontem, pelo *Wall Street Journal*.

O plano não inclui nenhuma permissão para que as dívidas externas deixem de ser negociadas individualmente entre cada país devedor e os bancos credores, nem deverá admitir que os devedores abandonem os programas de ajustamento do FMI, mas acena com o aumento dos chamados "empréstimos estruturais" de agências internacionais controladas pelos Estados Unidos como forma de compensar a ausência de dinheiro novo proveniente dos bancos comerciais. Desde a semana passada o assunto vem aparecendo discretamente em órgãos de imprensa, incluindo o *Washington Post*.

Entre as propostas que vêm sendo consideradas para a reunião do FMI/Banco Mundial, de acordo com o *Wall Street*, estão os seguintes pontos:

— Aumento da participação do Banco Mundial na oferta de créditos de longo prazo, para projeto de desenvolvimento nas economias latino-americanas, compensando a interrup-

ção no fluxo de empréstimos voluntários dos bancos privados, de forma que os devedores não fiquem sujeitos apenas aos créditos do FMI, dependentes do cumprimento de programas de ajustamento:

— Maior garantia do Banco Mundial (aval) a empréstimos de bancos privados destinados aos países devedores, como forma de estimular a volta das operações de mercado paralisadas quase totalmente desde a eclosão da crise financeira internacional em 1982. Isto seria feito de forma semelhante à recente garantia de 150 milhões de dólares que o BIRD concedeu ao Chile, numa operação de um bilhão de dólares com bancos privados;

— Maior oferta de assistência financeira por parte de organismos e agências internacionais, voltadas para o Terceiro Mundo, principalmente América Latina, com apoio do governo americano. Recentemente o Departamento do Tesouro, apoiou a criação de uma linha de crédito de duzentos milhões de dólares para pequenas empresas nos países subdesenvolvidos, e a intenção seria estimular este tipo de assistência sem intermediação bancária.

Funcionários dos departamentos de Estado e do Tesouro estariam estudando, também, fórmulas que possam alongar os prazos de pagamento dos juros das dívidas externas, "sem ferir as normas bancárias em vigor nos Estados Unidos ou os procedimentos contábeis", de acordo com a mesma fonte. Este último ponto é a única coisa que, dentro deste plano, pode ter algum interesse para os grandes devedores, como o

Brasil, obrigado a programar hoje o pagamento de cinqüenta bilhões de dólares somente de juros ao longo dos próximos quatro anos, aproximadamente. Mas até o momento não existe a menor disposição do Governo americano para aceitar uma solução política da dívida externa, que não passe pelos "mecanismos de mercado".

O plano da administração Reagan não considera tão pouco a hipótese de permitir que os devedores façam a renegociação de seus débitos com os bancos privados sem recorrer ao monitoramento do FMI, mas já existe alguma disposição para aceitar algum abrandamento dos programas de ajustamento econômico, de forma a não empurrar novamente as economias devedoras para a recessão. Em recentes encontros com ministros latino-americanos a direção do FMI teria admitido este abrandamento de metas, mas não se sabe como isso seria feito na prática, sem comprometer a própria filosofia econômica daquele organismo.

Desde já sabe-se que os grandes devedores não aceitarão somente este tipo de mudança em estudo dentro do governo americano, mesmo porque países como o Brasil, México ou Argentina não dependem de créditos estruturais do Banco Mundial e muito menos de somas relativamente pequenas que se pretende destinar aos países mais pobres. O que interessa para estes devedores é reduzir o peso das transferências de recursos aos Estados Unidos, sob forma de pagamentos de juros, e obter melhores condições de comércio para suas exportações.